

Apollo 17 Participações S.A.

CNPJ nº 37.606.330/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Financial statements table with columns: BALANÇO PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES, DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. Rows include Ativo, Passivo, Receita líquida, Lucro líquido, Saldo em 2022, Saldo em 2021, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional: A Apollo 17 Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações... 1.1 Impactos relacionados à COVID-19... 1.2 Declaração de conformidade... 1.3 Base de mensuração... 1.4 Moeda funcional e moeda de apresentação... 1.5 Classificação dos ativos e passivos... 1.6 Base de consolidação...

abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, coligadas e controlada em conjunto, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável... 2.3 Principais práticas contábeis: 3.1. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência...

remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão... 3.3. Tributos: IRPJ e CSLL - correntes...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Classificação e mensuração: Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Table with financial data for 2022 and 2021, including columns for Saldo em 2022, Quantidade de ações ordinárias, Patrimônio Líquido, etc.

(a) Conforme nota explicativa nº 1, em 08/06/2021 a Companhia passou a deter 100% das ações da CGI.

proporcionais ao período incorrido. Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Descrição Caixa Bancos Aplicações Financeiras Total

Contas a receber de concessionários e permissionários Descrição Caixa Bancos Aplicações Financeiras Total

7. Caixa restrito: Descrição Aplicação financeira - Itau (i) Aplicação financeira - BNB (ii)

8. Investimentos: Composição Participação societária em 2022 Participação societária em 2021 Saldo em 2022 Saldo em 2021

Table showing Saldo em 2022 and Saldo em 2021 with columns for Companhia, Patrimônio Líquido, Receita líquida, etc.

9. Empréstimos, financiamentos e debêntures: Controladora Controladora Consolidado Consolidado

10. Obrigações tributárias: Descrição IRPJ e CSLL correntes Pis e Cofins Correntes ICMS

11. Tributos diferidos: Descrição Pis e Cofins Diferidos IRPJ e CSLL Diferidos TFSEE Diferidos

12. Resultados financeiros: Descrição Rendimento - aplicação financeira Outros

Table with 4 columns: Descrição, Data, Ações, Valor. Rows include Constituição, Aumento de Capital, etc.

Reserva de Capital: Durante o exercício corrente foi aprovado aumento de capital na Companhia, esse aumento foi totalmente subscrito e integralizado pelo Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimentos em Participações - IE.

Table with 4 columns: Descrição, 2022, 2021, 2021. Rows include Lucro líquido do exercício, Prejuízo compensado, etc.

13. Receita operacional líquida: Receita bruta Receita de remuneração dos ativos de concessão Receita de operação e manutenção

Table with 4 columns: Descrição, 2022, 2021, 2021. Rows include Receita operacional líquida, Margens das obrigações por performance.

Table with 4 columns: Descrição, 2022, 2021, 2021. Rows include Receita operacional líquida, Margens das obrigações por performance.

Table with 4 columns: Descrição, 2022, 2021, 2021. Rows include Receita operacional líquida, Margens das obrigações por performance.



17. IRPJ e CSLL correntes:

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Receita de Transmissão de energia	32.799	34.317
Receitas Financeiras	933	424
Outras receitas	272	-
Lucro presumido base IRPJ (8%)	3.829	3.169
IRPJ corrente (25%)	(933)	(768)
Lucro presumido base CSLL (12%)	5.141	4.542
CSLL corrente (9%)	(463)	(409)
IRPJ e CSLL correntes	(1.396)	(1.177)

18. IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e CSLL são calculados e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação para o regime de tributação pelo lucro presumido:

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Receita de remuneração de ativos de concessão	49.083	41.393
Receita de operação de manutenção	4.675	2.655
Receita de Transmissão de energia faturada, mas não recebida	3.588	-
(-) Realização ativo contratual de concessão	(36.387)	(20.975)
Lucro presumido base IRPJ (8%)	1.676	1.846
IRPJ diferido (25%)	(418)	(461)
Lucro presumido base CSLL (12%)	2.515	2.769
CSLL diferido (9%)	(226)	(249)
IRPJ e CSLL diferidos	(644)	(710)

19. Provisões para riscos tributários, ambientais e trabalhistas: A Companhia e sua controlada não têm riscos tributários, ambientais, civis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **20. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos:** Instrumentos financeiros: Os principais ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros da Companhia e sua controlada referem-se a empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e sua controlada aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Controladora:

Ativos financeiros	2022		2021		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo		
Ativos financeiros	9	9	794	794	Valor justo por meio do resultado	2
Caixa restrito	2.560	2.560	2.301	2.301	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Debêntures	83.941	83.941	78.958	78.958	Custo amortizado	-
Consolidado:	2022	2021	2022	2021		
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa	103	103	244	244	Valor justo por meio do resultado	2
Ativos financeiros	10.830	10.830	3.205	3.205	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber	3.410	3.410	3.003	3.003	Custo amortizado	-
Caixa restrito	8.363	8.363	7.465	7.465	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	113.774	113.774	122.293	122.293	Custo amortizado	-
Debêntures	83.941	83.941	78.958	78.958	Custo amortizado	-
Fornecedores	1.701	1.701	1.268	1.268	Custo amortizado	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na

ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 31/12/2022. **Gestão de capital:** A Companhia e sua controlada realizam a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores. A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de Compliance da Perfin. Os principais fatores de risco inerentes à Companhia e às operações da sua Controlada CGI podem ser assim identificados: i) Riscos de crédito: A controlada da Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos. ii) Risco de preço: As receitas da controlada da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA. iii) Riscos de liquidez: A principal fonte de caixa é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por agentes do setor. Seu montante

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)

Aplicações financeiras	Indexador	% do Indexador	Posição em 2022	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução	Risco de Aumento	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)
Aplicações financeiras	CDI	80,0%	10.933	11.000%	5.5000%	8.2500%	13.7500%	16.500%
Caixa restrito	CDI	80,0%	8.363	920	601	902	1.503	1.804
Total			19.296	2.123	1.061	1.592	2.653	3.184

Aplicações financeiras - Consolidado (em milhares de R\$)

Aplicações financeiras	Indexador	% do Indexador	Posição em 2021	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução	Risco de Aumento	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)
Aplicações financeiras	CDI	98,5%	3.449	403	202	303	504	605
Caixa restrito	CDI	98,5%	7.465	873	437	655	1.091	1.310
Total			10.914	1.276	639	958	1.595	1.915

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e sua controlada, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)

Emprestimos e financiamentos	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 2022	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução	Risco de Aumento	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)
Emprestimos e financiamentos	IPCA	2,0%	113.774	7.7286%	4.8843%	6.3065%	9.1508%	10.5729%
Debêntures	IPCA +	5,6%	83.941	11.4904%	8.5467%	10.0186%	12.9622%	14.4340%
Total			197.715	18.438	12.731	15.585	21.292	24.145

Contas a pagar - Consolidado (em milhares de R\$)

Emprestimos e financiamentos	Indexador	Taxa de Juros média a.a. (*)	Posição em 2021	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano			
					Risco de Redução	Risco de Aumento	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)
Emprestimos e financiamentos	IPCA	2,0%	78.958	7.0922%	4.5661%	5.8292%	8.3553%	9.6183%
Debêntures	IPCA +	5,6%	122.292	10.8317%	8.2174%	9.5246%	12.1389%	13.4460%
Total			201.250	17.155	13.654	16.251	21.442	24.037

21. Seguros: Os seguros vigentes em 31/12/2022 e 2021 estão assim compostos:

Descrição	2022		2021	
	Valor segurado	Prêmio total	Valor segurado	Prêmio total
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 27.159,89	R\$ 15.000.000,00	R\$ 27.159,89
Risco Operacional	R\$ 30.000.000,00	R\$ 147.511,93	R\$ 30.000.000,00	R\$ 147.511,93

Descrição	2022		2021	
	Valor segurado	Prêmio total	Valor segurado	Prêmio total
Responsabilidade civil	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.416,76	R\$ 15.000.000,00	R\$ 18.416,76
Risco Operacional	R\$ 140.952.443,42	R\$ 197.793,08	R\$ 140.952.443,42	R\$ 197.793,08

22. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa:

Descrição	2021		2022	
	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa
Debêntures	78.958	(4.626)	78.958	(4.626)

DIRETORIA

Carolina Maria Rocha Freitas - Diretora
Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor
Ayla Maria Candido Vieira - Contadora
Tec. Contabilidade - CRC: CE-012737/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Apollo 17 Participações S.A.**, São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Apollo 17 Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada da Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a controlada da Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 332.569 mil no consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da controlada da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção e receita de remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo contratual e da receita da controlada da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração

anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. Risco de liquidez é a possibilidade de a Companhia e de sua controlada não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia e de sua controlada. iv) Risco de taxa de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de sua controlada a mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e sua controlada gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo. **Análise de sensibilidade das aplicações financeiras:** Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras às quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31/12/2022, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil de fevereiro de 2023, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31/12/2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

Risco de Redução	Risco de Aumento			
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
5.5000%	8.2500%	13.7500%	16.500%	

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

Risco de Redução	Risco de Aumento			
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
5,8484%	8,7727%	14,6211%	17,5453%	

Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros: Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia e sua controlada, o CDI projetado foi obtido por meio de dados extraídos do site do BACEN; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

Risco de Redução	Risco de Aumento			
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
4,8843%	6,3065%	9,1508%	10,5729%	

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano

Risco de Redução	Risco de Aumento			
	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
4,5661%	5,8292%	8,3553%	9,6183%	

Consolidado

Descrição	2021		2022	
	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa	Fluxo de Caixa	Movimentação não caixa
Debêntures	78.958	(4.626)	78.958	(4.626)
Empréstimos e financiamentos	122.292	(18.848)	122.292	(18.848)

23. Eventos Subsequentes: Dividendos recebidos: Em 17 de janeiro de 2023, a controlada da Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos na conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais), e este montante foi recebido em 19 de janeiro de 2023. **Distribuição de Dividendos na controlada:** Em 17 de janeiro de 2023, deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais) a conta de reservas de lucros existentes em 31 de dezembro de 2021, tendo sido pago em 19 de janeiro de 2023 para a Apollo 17 Participações S.A. Em 28 de fevereiro de 2023 foi pago o valor de R\$ 3.000 (três milhões de reais) para o Fundo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participação referente ao saldo de dividendos a pagar constituído em 2020.

DIRETORIA

Carolina Maria Rocha Freitas - Diretora
Bruno Gonçalves Siqueira - Diretor
Ayla Maria Candido Vieira - Contadora
Tec. Contabilidade - CRC: CE-012737/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do progresso da controlada da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificadas e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; iv) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; v) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes no contrato de concessão; vi) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; vii) análise da eventual existência de contrato oneroso; viii) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e x) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da controlada da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segu-

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador
CRC-PE-026317/O

São Paulo, 27 de março de 2023.

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22

Relatório da Administração

Contexto Operacional: A Administração buscando dar transparência às informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 2022, sobre as principais ações no contexto das atividades a partir dos acordos firmados e do aditivo contratual da concessão Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo - traz uma prévia análise sobre o cenário em 2022 com as atualizações sobre os avanços para continuidade operacional, além disso procura apresentar as ações estratégicas da Companhia. A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia"; "Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do seu estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico SPE - de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô da Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão é de parceria público privada - PPP, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção, com duração prevista de 5 anos e a fase operação, com duração prevista de mais 19 anos onde iniciará a fase de administração, operação e manutenção. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a operação. A Concessionária firmou

a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a empresa anterior a Move SP referente ao contrato de concessão nº 15/2013 com a anuência da STM - Secretária de Transportes do Metropolitan "Poder Concedente"; com base a Constituição Federal em seu artigo nº 175 e a Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995 que autoriza a movimentação acionária do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário. A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 mil (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, e recebeu aportes dos sócios que totalizaram R\$ 560.000 mil (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022. A companhia financia o projeto com recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Crédito Agrícola, Banco Santander) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas linhas de financiamento de longo prazo. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15/09/2042. A administração gerencia constantemente os recursos, precisou estruturar as contas bancárias via sistema do JP Morgan para todas as suas movimentações com a supervisão da empresa TMF e obteve duas

liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022. A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foi utilizada para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debêntures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante. Os estudos e levantamentos feitos para liberação dos recursos revela o rating Fitch é AA local, equivalente a um BB internacional para o projeto. O avanço na evolução das obras do projeto após certificadas pelo poder concedente, gera o direito contratual ao recebimento de aportes referentes a parceria público privada - PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre os anos de 2022 (R\$ 902 milhões), e de 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente. Administração atuou para que a companhia obtivesse os títulos das certificações ISO-37.001:2016 e ISO-9001 (ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização), recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.p.A. Sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e sistema de gestão e controles dos processos e controles internos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais			Demonstrações de resultados			Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Ativo	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Capital social	Reserva de Lucros
Circulante		462.435	215.286				Capital social	Lucros acumulados
Caixa e equivalentes de caixa	4	449.937	208.189	Receita líquida	11	3.428.111	Subscrito	Total
Adiantamentos a fornecedores	5	1.860	1.860	Custos dos serviços prestados	11	(2.745.382)	Integralizar	
Outros ativos		10.638	5.237	Lucro bruto		682.729	Legal	
Não circulante		5.794.164	3.277.487	Despesas operacionais		335.328	Retenção de Lucros	
Adiantamentos a fornecedores	5	3.410	5.270	Serviços contratados - partes relacionadas	12	(31.592)		
Deposito em garantia		185	185	Serviços contratados - terceiros	12	(34.271)		
Ativo financeiro de concessão	6	5.785.934	3.260.924	Administrativas, pessoal e tributárias	12	(23.330)		
Outros ativos financeiros		-	6.342	Lucro operacional antes do resultado financeiro		593.536		
Direito de uso		2.385	3.015	Receitas financeiras	13	22.800		
Intangível		2.157	1.643	Despesas financeiras	13	(432.150)		
Imobilizado		93	108	Resultado financeiro líquido		(409.350)		
Total do ativo		6.256.599	3.492.773	Resultado antes dos impostos		184.185		
Passivo				Impostos sobre lucro		(62.623)		
Circulante		558.057	1.967.118	IRPJ e CSLL diferidos	7	(62.623)		
Debentures	8.1	-	1.478.671	Lucro líquido do exercício		121.562		
Empréstimos	8.2	123.893	122.964	Total do resultado abrangente do exerc.		121.562		
Obrigações contratuais	8.3	170.594	134.136					
Fornecedores terceiros		11.082	5.564					
Fornecedores - partes relacionadas	9	3.827	7.520					
Provisões - partes relacionadas	9	243.189	210.744					
Outros valores a pagar		5.472	7.519					
Não circulante		4.781.750	1.294.491					
Financiamento	8.4	3.636.207	-					
Debentures	8.1	959.678	858.798					
Empréstimos	8.2	-	118.566					
Obrigações contratuais	8.3	71.741	265.091					
Irpf e csll diferidos	7	112.361	49.738					
Outros valores a pagar		1.763	2.298					
Patrimônio líquido		916.792	231.164					
Capital social	10	698.450	138.450					
Reserva legal	10	10.917	4.839					
Reserva lucros		207.425	87.875					
Total do passivo e patrimônio líquido		6.256.599	3.492.773					

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto Operacional: A Concessionária Linha Universidade S.A. ("Linha Uni"; "Companhia"; "Concessionária" ou "Linha 6"), nos termos do estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô da Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão foi firmado nos moldes da PPP - Parceria Público Privada, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e a fase operação e administração e manutenção do metrô. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação. O projeto financiado por recursos de aportes dos sócios, aportes do Poder Concedente (PPP) referente ao avanço das fases do projeto de construção e pelo financiamento de curto e longo prazo contratado junto a entidades financeiras no Brasil. A Companhia elevou o capital social subscrito para o valor de R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais) pela emissão das ações preferenciais de classe B, dos quais os sócios subscreveram R\$ 560.000 (quinhentos e sessenta milhões, de Reais) no ano de 2022. A companhia financia o projeto por recursos de aportes dos sócios, financiamento de terceiros (BNP Paribas, Crédito Agrícola, Banco Santander, etc.) e financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e suas linhas de longo prazo. A administração faz o gerenciamento constante dos recursos e necessitou efetuar a estruturação das contas bancárias via sistema do JP Morgan com a supervisão da empresa TMF e obteve duas liberações de recursos junto ao BNDES como estava previsto nos meses de agosto e outubro de 2022. O financiamento de longo prazo junto ao BNDES no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas tem pagamento previsto da última parcela em 15/09/2042. A 1ª liberação de recursos do financiamento no valor de R\$ 2.900.000 (Dois bilhões e novecentos milhões de reais) a 2ª liberação no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta milhões de reais), foram importantes e utilizadas para quitação das dívidas de curto prazo junto a entidades financeiras pelas debentures emitidas de curto prazo e para financiar a continuidade da obra e do contrato EPC e de material rodante. O avanço na evolução das obras certificadas gerou o recebimento de aportes referentes a parceria público privada - PPP de acordo com o contrato de concessão, valores que acumulados totalizam R\$ 1,1 bilhão de reais, divididos entre o ano de 2022 (R\$ 902 milhões), e 2021 (R\$ 259 milhões) respectivamente. Administração também atuou para que a companhia obtivesse sucesso os títulos ISO-37.001:2016 e ISO-9001 através da ISO - International Organization for Standardization, em tradução livre quer dizer Organização Internacional de Normalização, recebeu o certificado ABMS-327/22 emitido pela empresa RINA Services S.p.A., referentes aos sistemas de Gestão voltados para os programas de Anticorrupção e Compliance e controles dos processos e controles internos (não auditado) **Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações:** Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasília até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 - Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasília, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Carlos de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande. **a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros:** A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema. A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 06/07/2020 e publicado no diário oficial em 08/07/2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do

contrato previsto para o ano de 2024. O valor do contrato, correspondente as receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15 bilhões com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, e a concessionária poderá explorar receitas de publicidade e de cessão de espaços comerciais e outras receitas acessórias. De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura, e a geração das receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes. A Companhia precisa obedecer aos prazos e às previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada para operar a concessão em três fases progressivas em etapas e atividades como segue:

- Fase I** - Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação;
- Fase II** - Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasília - São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo supervisão operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda;
- Fase III** - Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasília - Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação. A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda. **Contrato de construção tipo EPC de implantação das estações:** A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo. **b. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI:** A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 06/10/2020 publicado no DOU de 17/06/2020. **c. Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo:** A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias do Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado DEAT publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, - processo eletrônico do Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06/10/2020. **2. Base de preparação e declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como

as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Diretoria da companhia autorizou em 08/03/2023 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 2022. **2.1 Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das obrigações. A companhia nesse momento do projeto foca na conclusão da primeira fase do projeto - construção e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23/12/2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma. Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras. **3. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas nas notas a seguir. **3.2 Instrumentos financeiros: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas. **Risco cambial:** A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais. Atualmente não está exposta significativamente ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€) o risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo. **Risco de taxa de juros e atualização monetária:** O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil. A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro. **Análise de sensibilidade:** O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

Ativo Financeiro	Indicador	Efeito no resultado
	2022	25% (2022)
Aplicações financeiras	449.937 CDI	55.702
		69.628
		41.777

Passivo Financeiro	Indicador	Efeito no resultado
	2022	25% (2022)
Empréstimos	(123.893) CDI	(15.338)
		(19.172)
Circulante	(123.893) CDI	(118.308)
		(19.172)
Debentures	(959.678) CDI	(118.308)
		(89.106)
Financiamentos	(3.636.207) CDI	(450.162)
		(562.703)
Não Circulante		
Empréstimos		
Empréstimos	(4.595.885)	(568.970)
		(730.385)
Total	(4.719.778)	(584.308)
		(749.557)

Referência CDI Cenário II Cenário III

	Provável	25%	50%
Taxas - CDI (%)	12,380%	15,475%	9,29%

Risco de crédito: O risco de crédito ao qual a Companhia está discriminado abaixo: **Crédito bancário:** No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating) e de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa comprometidas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 a 93%.

Instituição Financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco Itaú S. A	AAA	AAA	A1
Banco Santander S. A	A	A-	A2
Banco do Brasil S. A	BB-	AA	Ba2

Risco de liquidez: O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção. Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços - contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias - e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação. As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Passivos financeiros				
	Curto Prazo	Longo Prazo	2023	2024	2025-2042
Debentures	(959.678)	-	-	-	(959.678)
Empréstimos	(123.893)	-	(123.893)	-	-
Financiamentos	(3.636.207)	-	-	-	(3.636.207)
Obrigações contratuais	(170.594)	(71.741)	(170.594)	(71.741)	-
Total	(294.487)	(4.667.626)	(294.487)	(71.741)	(4.595.885)

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e de dívida para financiar suas operações que, neste momento, trata-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô. A situação de liquidez com vencimentos em curto prazo

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Na medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo. A companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as fontes de recursos, já recebidas, indicadas abaixo: Aportes dos sócios R\$ 560 milhões até 2022; Empréstimo Ponte (Debêntures 1ª; 3ª Emissão) - R\$ 1,5 bilhão - emitidas e quitadas em 2022; Empréstimo Ponte (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões - longo prazo para 2026; Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 1,1 bilhão até dezembro/2022; Liberação do empréstimo Longo Prazo (BNDES) - R\$ 3,8 bilhões - em 2022; (a) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, Administração pode propor, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. (b) Estimativa do valor justo: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. (c) Instrumentos financeiros por categoria: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Table with columns: Ativos financeiros, Classificação, Valor Contábil. Rows include Caixa e Equivalentes de caixa, Outros ativos, Depósitos em garantia, etc.

A companhia não possui instrumentos financeiros marcados à valor justo. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, a avaliação da Companhia é de que os ativos e passivos acima estariam enquadrados no nível 2 na hierarquia de valor justo caso estivessem marcados a valor justo. 3.3 Ativo Financeiro - Concessão de serviços públicos: O Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde: Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo: 1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. 2. A infraestrutura de construção será recuperada a traves do seguinte fluxo de caixa: (a) Remuneração da contraprestação pecuniária; (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente. A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade. Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 - Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifique para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. Também queremos mencionar que o patamar mínimo das receitas (70% da demanda projetada) antes de resgatar o contrato de concessão é suficientemente elevado para avaliar que a concessionária não enfrentará a possibilidade de risco de demanda, mantendo um índice de rentabilidade aceitável superior a taxa de desconto fixa do país. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício. 3.3.1 Ajuste ao valor presente: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. 3.4 Principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 3.4.1 Caixa e equivalentes de caixa: O saldo nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 3.4.2 Receitas de contratos com clientes: A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte ferroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroriárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência. A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro. 3.4.3 Instrumentos financeiros: A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperada para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado. O modelo financeiro de negócios, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto. (a) Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado. A classificação dos ativos financeiros adquiridos, passa teste de pagamento de principal e juros previstos no modelo de negócios. (i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - Preços cotados

(podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. (ii) Custo amortizado: Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais. (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. (b) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (c) Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. (d) Perdas por impairment: Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 2022, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido. (e) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Em 2022, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de hedge (Hedge Accounting) (f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. 3.5 Ativo financeiro: (a) Constituição do ativo financeiro: Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tangem a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais. Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema. (i) Concessão: Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroriário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos. 3.5.1 Ativo Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção de um bem ou conjunto de bens. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui o desembolso para sua aquisição e todos outros gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação dos itens relacionados à administração da implantação da linha é realizada mediante uso atual da estrutura, com suas respectivas taxas de depreciação aplicadas de forma linear, podendo outra forma ser utilizada a critério da administração, que verifica e revisa os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos, sempre que necessário, e/ou quando existir uma indicação de mudança significativa comparativamente a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. 3.5.2 Ativo Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou de construção desse intangível, os itens são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização a partir de sua operação ou quando eles passam a gerar benefícios e/ou fluxos de caixa futuros. Os valores das aquisições das licenças de softwares são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir-los e/ou para colocá-los prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. 3.6 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Em 2022 não há registros de impairment. 3.6.1 Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento. 3.6.2 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. 3.7 Provisões: As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações. 3.7.1 IRPJ e CSLL: O IRPJ da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a CSLL sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do IRPJ corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e Juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações de leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico

aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos. 3.7.2 Demais passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias. 3.8 Capital social: As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes. 3.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 2022, são as seguintes: • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC26/IAS1) - As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercício anuais iniciados em ou após 01/01/2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 01/01/2024. Devido a esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) - As alterações limitam o escopo de isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 01/01/2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem "integralmente vinculada", com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. • Outras normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - IFRS 17 Contrato de seguros; - Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 4. Caixa e equivalente de caixa: 2022 2021 Caixa 8 45 Aplicações financeiras (i) 449.929 208.144 Total 449.937 208.189 O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 65% e 93% da taxa CDI negociadas com instituição conhecida e solidas no mercado. i. A variação positiva explica-se pelas entradas de recursos da 4ª emissão de debêntures somadas aos dois aportes do poder concedente nos meses de novembro e dezembro. 5. Adiantamento de fornecedores: O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô. 2022 2021 Circulante Adiantamento a fornecedores 1.860 1.860 Não Circulante Adiantamento a fornecedores 3.410 5.270 Total 5.270 7.130 6. Ativo financeiro de concessão: A concessionária adquiriu a operação da concessão da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo, a operação foi concretizada em julho de 2020, que envolveu acordo com a concessionária anterior (Move SP - 2013 a 2020), seus parceiros de consórcios e bancos financiadores que aportaram recursos para o projeto, através de empréstimos e aquisições de ativos para o projeto iniciado em meados do mês de outubro de 2020, e por isso que não completou o ciclo comparativo entre os dois períodos apresentados no quadro abaixo. 2022 2021 Contrato de Cessão Move São Paulo 516.870 516.870 Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas 309.308 309.308 Contrato Cessão BNDES 283.213 283.213 Contrato de Cessão Move São Paulo 88.000 88.000 Contrato de Cessão Distrito EPC 118.404 118.404 Contrato de Cessão da Operação (a) 1.315.795 1.315.795 Atualização Financeira (b) 1.092.572 413.342 Contrato de Construção - EPC 4.272.059 1.681.641 Contrato de Construção Material Rodante 160.147 6.413 Contrato da Obra (c) 5.524.778 2.101.396 Contratos de Assessoria (d) 107.720 102.991 Aportes do Poder Concedente (e) (1.162.359) (259.258) Total 5.785.934 3.260.924 (a) Os registros referentes a compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do consórcio Move e os bancos envolvidos nos financiamentos. (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro adquirido. (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra. (d) Contratação de assessorias para formulação de acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior. (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente a parceria público privada - PPP previsto no contrato de concessão, onde o estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base em critérios de medição e no avanço da obra. 7. Impostos de renda e CSLL diferidos: Na determinação dos impostos de renda corrente e diferidos a companhia apresenta créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionadas às diferenças temporárias e a expectativa de realização futura. O plano de negócio da companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade. Apuração da IRPJ e CSLL - Base Permanente 2022 2021 (=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL 184.185 129.702 (+) Adições 1.847.411 991.777 Custo de Construção 1.845.779 979.997 Provisões indedutíveis 1.632 11.780 (-) Exclusões (2.525.009) (1.331.447) Receita de Construção (1.845.779) (979.997) Receita de Atualização do Ativo (679.230) (351.450) (=) Base Tributável (Prejuízo fiscal e base negativa) (493.413) (209.968) IRPJ 25% (123.353) (52.492) CSLL 9% (44.407) (18.897) Total - IRPJ/CSLL Diferido ativo (167.760) (71.389) Apuração da IR e CS - Base Diferenças Temporárias 2022 2021 (+) Adições 1.847.411 991.777 Custo de Construção 1.845.779 979.997 Provisões indedutíveis 1.632 11.780 (-) Exclusões (2.525.009) (1.331.447) Receita de Construção (1.845.779) (979.997) Receita de Atualização do Ativo (679.230) (351.450) (=) Resultado fiscal apurado e base negativa após Comp. (Prejuízo fiscal e base negativa) (677.598) (339.670) IRPJ 25% (169.400) (84.917) CSLL 9% (60.984) (30.570) Total - IRPJ/CSLL Diferido Passivo (230.383) (115.487)

continuação

	2022	2021		2022	2021		
Ativos diferidos	167.760	71.389					
Passivos diferidos	(230.383)	(115.487)					
Total líquido – IRPJ/CSSL Diferido passivo	(62.623)	(44.098)					
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2021	(49.738)	(49.738)					
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2022	(62.623)						
Alíquota Efetiva (%)	34%	34%					
Total IRPJ/CSSL Diferido acumulado	(112.361)	(49.738)					
8. Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debêntures: A Companhia adotou a estratégia de obter aportes através de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e emissão de debêntures para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo. 8.1 Debêntures:							
Circulante	2022	2021					
Debêntures	-	-					
Não Circulante	2022	2021					
Debêntures	959.678	858.798					
Total	959.678	858.798					
A companhia alongou as suas dívidas quitando os empréstimos e as debêntures emitidas de curto prazo pelo financiamento de longo prazo com recursos do BNDES com vencimento a partir de 2026. Abaixo demonstramos as movimentações das debêntures desde a sua contratação até os exercícios findos em 2022 e 2021.							
Debentures	2020	Capta-ções	Custo de captação	(+) Juros incorridos	(-) Juros pagos	2021	
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	886.712	120.000	(5.487)	67.349	(34.528)	1.033.521	
3ª Emissão - Séries 1 2 3	-	450.000	(6.719)	21.383	(19.514)	445.150	
Circulante	886.712	570.000	(12.206)	88.732	(54.042)	1.478.671	
4ª Emissão - Séries 1	-	600.000	(2.107)	11.024	-	608.917	
4ª Emissão - Séries 2	-	250.000	(861)	742	-	249.881	
Não Circulante	-	850.000	(2.968)	11.766	-	858.798	
Total	886.712	1.420.000	(15.174)	100.498	(54.042)	2.337.469	
Debentures	2021	Capta-ções	Amor-tização Principal	Custo de captação	(-) Juros incorridos	(-) Juros pagos	2022
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	1.033.521	-	(1.011.636)	2.411	84.791	(109.087)	-
3ª Emissão - Séries 1 2 3	445.150	-	(450.000)	4.237	37.293	(36.680)	-
Circulante	1.478.671	-	(1.461.636)	6.648	122.084	(145.767)	-
4ª Emissão - Séries 1	608.917	-	-	(7.822)	75.105	(74.486)	601.714
4ª Emissão - Séries 2	249.881	-	-	790	31.380	(26.308)	255.743
4ª Emissão - Séries 3	-	100.000	-	(290)	2.510	-	102.220
Não Circulante	858.798	100.000	-	(7.322)	108.996	(100.794)	959.678
Total	2.337.469	100.000	(1.461.636)	(674)	231.080	(246.561)	959.678
8.2 Empréstimos:							
Circulante	2022	2021					
Empréstimos	123.893	122.964					
Não Circulante	2022	2021					
Empréstimos	-	118.566					
		118.566					
A Concessionária Linha Universidade S.A. (CLU) negociou o acordo entre a Secretária Municipal de Transportes (Poder Concedente) e a Move São Paulo. Esta negociação resultou em um contrato entre as partes para transferência da concessão pública e do contrato de parceria público privada para a CLU. O acordo foi firmado em 06/10/2020 e envolveu as seguintes partes: Consórcio Move; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); as Entidades Financeiras Credenciadas pelo BNDES (ligadas ao empréstimo concedido); e a Secretária Municipal de Transportes (Poder Concedente). O acordo firmado, prevê a compra dos ativos da Move São Paulo e seus respectivos custos, bem como a transição administrativa. Esse acordo envolveu o parcelamento dos valores e com obrigações contratuais e financeiras a serem cumpridas em sua totalidade durante o período dos anos de 2020 a 2025. A companhia efetuou o pagamento da 3ª parcela dessas obrigações em 2022 mantendo-se em dia com suas obrigações assumidas. Na tabela destacada abaixo demonstramos as movimentações dos anos de 2021 e 2022:							
Movimentação 2021							
BNDES e Entidades Financeiras	Saldo	Amortização	Juros	Juros	Saldo		
	Taxa	2020	Principal	incorridos	pagos	2021	
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	172.283	(56.643)	9.209	(10.313)	114.536	
Santander	CDI + 2,95% a.a.	74.175	(31.312)	4.470	(4.412)	42.921	
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	64.124	(27.068)	3.864	(3.814)	37.106	
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	49.509	(20.899)	2.984	(2.945)	28.649	
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	31.718	(13.407)	1.911	(1.905)	18.318	
Total		391.809	(149.329)	22.439	(23.389)	241.530	
Movimentação 2022							
BNDES e Entidades Financeiras	Saldo	Amortização	Juros	Juros	Saldo		
	Taxa	2021	Principal	incorridos	pagos	2022	
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	114.536	(56.643)	16.969	(16.109)	58.751	
Santander	CDI + 2,95% a.a.	42.921	(20.920)	5.924	(5.909)	22.016	
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	37.106	(18.084)	5.121	(5.109)	19.034	
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	28.649	(13.963)	3.954	(3.945)	14.696	
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	18.318	(8.957)	2.536	(2.501)	9.396	
Total		241.530	(118.567)	34.573	(33.573)	123.893	
Na tabela destacada abaixo demonstramos os respectivos valores entre o curto e longo prazo de cada Instituição financeira:							
BNDES e Entidades Financeiras	Circulante	Total					
BNDES	58.751	58.751					
Santander	22.016	22.016					
BTG Pactual	19.034	19.034					
Crédit Agricole	14.696	14.696					
Banco ABC	9.396	9.396					
Total	123.893	123.893					
8.3 Obrigações Contratuais: As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto a Move SP nos valores de R\$ 88.000 I e R\$ 118.404 I respectivamente, prevêem uma carência de prazo para os pagamentos iniciando em 2022 a seguir até o ano de 2025 com acréscimo de juros de 3% a.a. Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio construtor, que atuaram nas obras do projeto da concessão, e também os valores dispendidos das obrigações assumidas junto aos demais envolvidos. A Concessionária pagará as dívidas assumidas divididas em parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a., já foram efetivados os pagamentos das três parcelas dos períodos de 2020 a 2022 referente ao consórcio Move, restando valores a pagar a conforme indicados a seguir.							
Obrigações contratuais	Transfe-rência	Amorti-zação	Juros a apropriar	Juros Pagos	2022		
Circulante	2021	2022					
Empréstimos - Consórcio Move	134.136	167.938	(134.136)	6.588	(3.932)	170.594	
Não Circulante	2021	2022					
Empréstimos - Consórcio Move	257.091	(167.938)	(23.486)	3.741	(5.667)	63.741	
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	-	8.000	
Total Obrigações contratuais	399.227	(167.938)	(23.486)	3.741	(5.667)	242.335	
8.4 Financiamento: O financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES de longo prazo por valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais divididos em quatro sub-créditos com vencimentos mensais a partir de março de 2026 em 199 parcelas, sendo previsto o pagamento da última parcela em 15/09/2042.							

	Limite de disposi-ção	Disposição	Custo de cap-tação	(+) Juros/ custos captaç. Juros	(-) Juros	2022
Financia-mento						
Subcredito A	1.969.188	-	1.284.856	(151.131)	53.969	-
Subcredito B	1.373.040	-	172.161	(8.331)	6.341	-
Subcredito C	3.514.256	-	2.292.983	(110.951)	96.310	-
Subcredito D	43.516	-	-	-	-	-
Não Circulante	6.900.000	-	3.750.000	(270.413)	156.620	-
Covenants sobre os empréstimos contratados:						
A companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contém cláusulas de vencimento antecipado, conforme abaixo. Nos contratos firmados pela concessionária, as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo: • Não haverá pagamentos de dividendos conforme alteração do estatuto social, durante a fase I; • Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados; • Obter previamente autorização dos debenturistas para casos de redução de capital; • Obter previamente autorização dos debenturistas para alterações do objetivo social em atividades que venha a prejudicar sua atividade preponderante. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 2022 e de 2021. 9. Partes relacionadas: A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas de construção, água, indústria em geral e serviços além de energias renováveis. O conglomerado é formado por várias empresas e o Grupo Acciona é considerado entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid. Durante a fase I do projeto o contrato EPC foi celebrado, e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras, o contrato EPC – referente a construção dos túneis, terminais e estações do metrô; e Services Agreement – importante contrato com a "Acciona Concesiones S.A." referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmado entre as duas companhias. Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 2022 na Companhia decorrem das transações descritas acima, os quais são efetuados em condições usuais de mercado.						
	Passivo	Resultado				
	Provisões	Fornecedores	Serviços contratados			
Acciona Construcción S.A. (i)	242.563	2.712	2.620.298			
Acciona Concesiones S.A. (ii)	626	1.115	1.715			
	243.189	3.827	2.622.013			
i. Acciona Construcción é a construtora sucursal no Brasil. Os valores registrados nas contas de passivo refere-se a fase I da construção do projeto referente a implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados. ii. Acciona Concesiones é uma empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países. Os valores registrados nas contas de passivo referem-se as assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira. 10. Patrimônio líquido: A Concessionária foi constituída em 22/11/2019 com o razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras, sendo posteriormente em 19/05/2020 alterada a denominação social para Concessionária Linha Universidade S.A. e o objeto social alterado para atuar como prestador de serviços exclusivamente na linha do metrô de São Paulo, e o capital social subscrito elevado para R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais). Em Assembleia geral extraordinária realizada em 15/03/2022 a diretoria da Companhia decidiu pelo aumento do capital subscrito em R\$ 875.000 (oitocentos e setenta e cinco milhões de Reais), dessa forma passando de R\$ 520.000 (quinhentos e vinte milhões de Reais) para R\$ 1.395.000 (um bilhão, trezentos e noventa e cinco milhões de Reais), com a emissão de novas ações do tipo preferencial de classe B e o valor acumulado de aportes dos sócios de R\$ 560.000 (quinhentos e sessenta milhões de Reais) em 2022. Os aportes de capital realizados pelos sócios durante o período de 2020 a 2022 totalizaram R\$ 698.450. Os aportes efetuados no ano de 2022 são apresentados conforme quadro a seguir:						
Movimentação 2022 - Aportes						
Janeiro/2022			113.091			
Fevereiro/2022			164.067			
Março/2022			244.687			
Maior/2022			38.155			
Total			560.000			
O quadro abaixo destaca os sócios e as suas participações na Companhia em 2022, segregados por tipo e classe de ações:						
ON – Ações Ordinárias:						
Quadro societário	Partic.	Ações ordiná-rias	Ações ordiná-rias	Ações a		
	(%)	subscritas	integralizadas	integralizar		
Acciona Construcción	43,00%	113.950	113.950	-		
Financieras	39,64%	105.046	105.046	-		
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	17.112	15.642		
Linha Universidade						
Investimentos	5,00%	13.250	6.923	6.327		
Total	100,00%	265.000	243.031	21.969		
PN – Ações Preferenciais Classe A:						
Quadro societário	Partic.	Ações ordiná-rias	Ações ordiná-rias	Ações a		
	(%)	subscritas	integralizadas	integralizar		
Acciona Construcción	43,00%	109.650	109.650	-		
Financieras	39,64%	101.082	101.082	-		
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	-	31.518		
Linha Universidade						
Investimentos	5,00%	12.750	-	12.750		
Total	100,00%	255.000	210.732	44.268		
PN – Ações Preferenciais Classe B:						
Quadro societário	Partic.	Ações ordiná-rias	Ações ordiná-rias	Ações a		
	(%)	subscritas	integralizadas	integralizar		
Acciona Construcción	43,00%	376.250	-	376.250		
Financieras	39,64%	346.850	244.687	102.163		
STOA Metro Brazil	12,36%	108.150	-	108.150		
Linha Universidade						
Investimentos	5,00%	43.750	-	43.750		
Total	100,00%	875.000	244.687	630.313		
Capital consolidado	47,33%	1.395.000	698.450	698.550		
(b) Destinação do resultado: Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (j) Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia não foram destinados						
Companhia contratada						
Tokio Marine S.A. 50%						
- Potencial Seguradoras S.A. - 50%	Nº 061902020881107750014798	Nº 0000000				
Tokio Marine S.A. 50%	- ENDOSSO 061902020881107750014798					
- Potencial Seguradoras S.A. - 50%	Nº 0000000					
Total Cobertura						
Companhia contratada	Garantia Contrato de Cessão	Tipos de seguros	Importância segura	Prazo de vigência		
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	2.700	15/12/2022 a 15/12/2023		
Total Cobertura			2.700			
Companhia contratada						
Banco ABC do Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	150.000	25/07/2022 a 31/07/2027		
Banco BNP Paribas Brasil	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	400.000	25/07/2022 a 31/07/2027		
Banco Bradesco	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	100.000	25/07/2022 a 31/07/2027		
Banco Credit Agricole Brasil, S.A.	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	426.000	25/07/2022 a 31/07/2027		
Corporacion Andina de Fomento	Carta de fiança nº	Garantia contratual BNDES	200.000	25/07/202		

continuação

auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos ativos financeiros da concessão:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 5.785.934 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metrô de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestação de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras; – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização; – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham**

as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2023



KPMG
Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Walter Malvar Leite da Silva
Contador
CRC RJ-117037/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Monte Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 37.702.340/0001-74

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021						(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	7	14.827	29	117.252	119.912						
Contas a receber	9	-	-	14.610	13.415						
Tributos a recuperar		71	91	7.224	878						
Despesas antecipadas		170	91	1.155	1.087						
Dividendos a receber		-	22.000	-	388						
Adiantamentos		-	-	-	250						
		15.068	22.120	140.491	135.680						
Ativo não circulante											
Fundos restritos	8	-	-	19.811	37.912						
Depósitos judiciais		-	-	21.674	27.038						
Despesas antecipadas		-	-	15	-						
IRPJ e contribuição social diferidos	19	-	-	7.815	272						
Outros ativos		-	-	26	154						
Investimentos	10	592.039	622.249	8.388	7.363						
Imobilizado		-	-	4.005	3.995						
Intangível	11	-	-	1.359.133	1.376.772						
Direito de uso	15	-	-	7.519	5.445						
		592.039	622.249	1.428.386	1.458.951						
Total do ativo		607.107	644.369	1.568.877	1.594.631						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021						(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(45.516)	79.768	(45.519)	79.768						
Total do resultado abrangente do período		(45.516)	79.768	(45.519)	79.768						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021						(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Fluxos de caixa das atividades operacionais											
Resultado antes do IRPJ e contribuição social		(45.516)	79.768	(52.347)	112.983						
Ajustes											
Margem de construção		-	-	(377)	(283)						
Depreciação e amortização	11	-	-	83.821	23.626						
Juros e variações monetárias, líquidas		7.571	11.835	80.401	47.435						
Apropriação do custo de captação		-	-	-	649						
Apropriação de receita de juros		-	-	-	(923)						
Provisão para contingências	16	-	-	4.324	2.724						
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	9	-	-	(120)	37						
Provisão para conserva especial	17	-	-	9.646	3.708						
Baixa do imobilizado e intangível		-	-	-	(1.150)						
Destinação para reservas		-	-	-	(1.025)						
Resultado de Equivalência Patrimonial		30.209	(92.813)	-	-						
Juros Capitalizados		-	-	-	(297)						
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	-	(113.242)						
Resultado ajustado das operações		(7.736)	(1.210)	124.323	75.267						
Variação dos ativos e passivos											
Contas a receber	9	-	-	(698)	569						
Despesas antecipadas		(79)	(90)	(83)	1.189						
Tributos a recuperar		(71)	-	(6.347)	(12)						
Depósitos judiciais		-	-	5.364	(1.019)						
Adiantamentos		20.687	-	138	-						
Outros ativos		-	-	128	392						
Fornecedores		16	3	11.002	(19.810)						
Obrigações tributárias		13	1	(1.100)	(166)						
Obrigações sociais e trabalhistas		161	-	1.644	(621)						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais – A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76. Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social foi alterada para Monte Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Monte Rodovias”). A Monte Rodovias tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Fundo de Investimento M Rodovias”). Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”) de seus próprios acionistas. Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“FIP M Rodovias”) e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integrou ações subsidiadas pela Verona como investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”). Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente. A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (Agerba), pelo prazo de 25 anos. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos. Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA. A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “Suape” (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de equilíbrio econômico-financeiro. A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC. A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Pava. A via litôrea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquêto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital. 1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas. a) CBN: Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, ao final de sua fase instrutória, aguardando a realização de perícia de engenharia, deferida pelo Tribunal Arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de

compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores tem a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CBN, em caso de decisão desfavorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. b) CRA: Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores tem a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e (ii) em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Em 14 de setembro de 2022, CRA e COESA (antiga OAS) peticionaram no Procedimento Arbitral informando a celebração de acordo entre estas e, na sequência, em 18 de outubro de 2022, CRA e CNO apresentaram petição conjunta informando a realização de transação entre as Partes, bem como requerendo a extinção do feito diante dos acordos celebrados, que não representaram ônus financeiro para a CRA. Em 28 de outubro de 2022, o Tribunal Arbitral proferiu sentença homologatória, determinando a extinção do procedimento arbitral.

2. Resumo das principais práticas contábeis – As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$). **2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e estão sendo divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos sócios da Companhia. A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 22 de março de 2023. **2.2. Consolidado:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas (denominadas em conjunto de “Grupo”). Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e o resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no capital social (%)
Verona Holding e Participações Societárias S.A. (“Verona”)	Direto	Brasil	99,99
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”)	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”)	Indireto	Brasil	100,00

A Companhia adquiriu suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. **2.3. Combinação de negócios:** Combinação de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021						(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Receita líquida de serviços	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021	
Receita líquida de serviços	21	-	-	237.637	151.102						
Receita de construção	21	-	-	37.849	28.609						
				275.486	179.711						
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(152.175)	(61.075)						
Custo de construção	22	-	-	(37.472)	(28.324)						
				85.839	90.312						
Ganho por compra vantajosa											
Gerais e administrativas	23	(2.003)	(836)	(65.203)	(39.820)						
Resultado de equivalência patrimonial		(30.209)	92.895	-	-						
Outras receitas (despesas) operacionais		-	-	3.101	634						
		(32.212)	92.059	23.737	164.368						
Receitas financeiras											
Despesas financeiras	24	313	3	15.724	4.579						
Resultado antes do IRPJ e da CSLL		(45.516)	79.768	(52.347)	112.983						
IRPJ e contribuição social correntes	19	-	-	(714)	(1.583)						
IRPJ e contribuição social diferidos	19	-	-	7.542	(31.632)						
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(45.516)	79.768	(45.519)	79.768						
(Prejuízo) lucro por ação – em reais		25	(96,38)	247,57	(96,38)						

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021						(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de ações e de investimentos	Lucros acumulados	Total	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reservas de ações e de investimentos	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020											
Aumento de capital em 26/04/2021	100.627	-	-	-	100.627						
Aumento de capital em 28/04/2021	370.436	-	-	-	370.437						
Aumento de capital em 28/04/2021	1.200	-	-	-	1.200						
Lucro líquido do período	-	-	-	79.768	79.768						
Constituição de reserva legal	-	3.982	-	(3.982)	-						
Constituição de reserva											

... continuação

Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados. **2.10. Depósitos judiciais:** Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados por ações de desapropriação e indenizações de melhorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camacari Lauro de Freitas, além de processos civis e trabalhistas. **2.11. Partes relacionadas:** Na Controladora, o saldo de débitos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 25). **2.12. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante. **2.13. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluxos benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, da demonstração do resultado". **2.14. Intangível:** **2.14.1. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão:** Os ativos intangíveis construídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICP 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados. A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – "Custos de empréstimos". **2.15. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como ativo não circulante. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 12). Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.17. Outros passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base de legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O Grupo constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma

autoridade fiscal. **2.19. Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 19). **2.20. Reconhecimento da receita:** As controladoras reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(i) Receita de contratos de construção:** A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 a 14 da Interpretação Técnica ICP 01 (R1) – "Contratos de concessão", segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. **2.21. Novas normas e interpretações:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. • Classificação dos passivos como circulante e não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1) • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12); • IFRS 17 Contratos de Seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); A Companhia e suas controladoras não adotaram antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir: **(a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos ("Impairment"):** O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos para o período de concessão de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, o Grupo testa eventual impairment de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros. **(b) Imposto de renda e contribuição social:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18. **(c) Reconhecimento de margem de receita de construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, as Controladoras utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão para a Controladora CBN e, linearmente no caso das Controladoras CRA e CRA pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura. A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo de cada Controladora, limitado ao prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão e com base na vida útil dos contratos, levando em consideração suas particularidades. **(e) Provisão para passivos contingentes:** A Companhia e suas Controladoras estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com apoio da opinião de seus consultores legais externos. 4. Combinação de negócios na Controladora **Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controladora Verona:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – "Combinação de negócios que estabelece que o adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição. Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (Purchase Price Allocation – PPA). A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.657	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.365
Total da contraprestação							370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)							7.363		
Ganho por compra vantajosa								-48.927	64.315

(a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11; (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do Purchase Price Allocation (PPA), determinou-se o valor do goodwill; e (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação

Monte Rodovias S.A.

parar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas Controladoras avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") incorrido e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **5.2. Passivos financeiros:** Classificação: A Companhia e suas Controladoras determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores. **Reconhecimento e mensuração:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **6. Gestão de risco financeiro:** **6.1. Fatores de risco financeiro:** **(a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas Controladoras as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladoras. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladoras é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos

riscos mapeados para todos os seus negócios. **(b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e as suas controladoras estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude de eventual volatilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantir ou novos financiamentos perante instituições financeiras. A Companhia e suas Controladoras adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **(c) Risco de liquidez:** Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia e suas Controladoras buscam preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado. **(d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladoras à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas Controladoras acompanham a situação financeira de mercado continuamente e mantêm contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. **(e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia e suas Controladoras estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de dezembro de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos, conforme balanço patrimonial	7	119.912
Caixa e equivalente de caixa	7	119.912
Fundos restritos	8	19.811
Contas a receber	9	14.610
Outros ativos	6	154
Total	151.699	171.393
		-4,00
Passivos, conforme balanço patrimonial	12	674.285
Empréstimos e financiamentos	13	300.092
Debêntures		25.271
Fornecedores	14	7.493
Arrendamentos		14.269
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	17	28.515
Total	1.018.798	1.014.234

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	6	18	9.520	15.424
Aplicações financeiras (a)	14.821	11	107.732	104.488
Total	14.827	29	117.252	119.912

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade. As Controladoras mantêm aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente convertíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Fundos restritos – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$ 19.811 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 13), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

9. Contas a receber

	Consolidado	
	2022	2021
Meios de pagamentos eletrônicos	13.105	12.278
Vale-pedágio	284	405
Receitas acessórias	1.228	852
Outros	(7)	-
(i) Perda estimada para perda com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	-	(120)
Total	14.610	13.415

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

10. Investimentos

	Consolidado			
	2022	2021		
Verona	592.039	622.249		
(a) Informações acerca das investidas diretas: Movimentação dos saldos de investimentos:				
Investidas	Participação	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial em 2022	Saldo em 2022
Verona	99,99%	622.249	(30.209)	592.040

(b) Informações acerca das investidas indiretas:

	Consolidado				
	2022	2021			
Quantidade de ações em participação direta	Participação (%)	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial em 2022	Saldo em 2022	
CRC	26.150.154	100	100.294	65.771	34.523 (1.774)
CRA	141.438.908	100	294.097	229.435	64.662 (5.091)
CBN	367.759.706	100	985.538	726.589	258.949 (8.201)

Movimentação dos saldos de investimentos:

	Consolidado			
	2022	2021		
Investidas	Participação	Saldo em 2021	Equivalência patrimonial em 2022	Saldo em 2022
Verona	100%	622.249	(30.209)	592.040

11. Intangível

	Amortização		Consolidado	
	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão				
- mais valia	217.608	(14.461)	203.147	211.887
Edifícios e instalações	185.823	(45.102)	140.721	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.685	(110.894)	322.791	337.587
Pavimentações	824.729	(312.476)	512.253	555.018
Hardware e equipamentos de pedágio	36.166	(17.371)	18.795	19.754
Desapropriações	53.882	(9.829)	44.053	46.064
Máquinas e equipamentos	4.311	(2.079)	2.232	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(11.143)	35.868	38.698

Emprestimos e financiamentos
 Debêntures
 (i) Caixa e equivalentes de caixa
 (j) Fundos restritos
 (k) Contas a receber
 (l) Outros ativos
Total do patrimônio líquido
Total do capital próprio e de terceiros
Índice de alavancagem financeira - %



... continuação

Table with columns: Amortização, Custos, Líquido, 2022, 2021. Rows: Móveis e utensílios, Obras em andamento, Outros intangíveis, Softwares, Marcas e patentes, Adiantamento a fornecedores e outros, Total.

Contrato de concessão - infraestrutura: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação: Saldo em 31 de dezembro de 2021: 1.376.772. (+) Adições: 61.741. (-) Baixas: (30). (+) Amortizações: (77.134). (+/-) Transferências: (2.216). Saldo em 31 de dezembro de 2022: 1.359.133.

12. Fornecedores - A Companhia se utiliza de operações com o FIDC para alongamento do prazo de pagamento de fornecedores, sendo doze meses, o prazo médio para o alongamento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de fornecedores é de R\$ 25.271 (R\$ 14.269 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$ 14.981 referem-se a títulos cedidos ao FIDC, reconhecidos a valor presente. O saldo de fornecedores portanto, tem sua flutuação aumentada devido a contratação dessas operações. Em dezembro de 2021, não havia saldo de fornecedores com títulos nesta modalidade, em função de quitação ocorrida em novembro do mesmo ano. Em 2022, essa operação está sendo recomposta, com estimativa de liquidação do saldo total até 31/12/2023. Os juros reconhecidos no período, foram obtidos a partir da aplicação da taxa CDI + 9.

13. Empréstimos e financiamentos

Table with columns: Contra-tante, Instituição financeira, Vencimento, Mo-eda, Encargos financeiros, 2022, 2021. Rows: CBN (i), CBN (ii), CBN (iii), CBN (iv), CBN (v), CBN (vi), CBN (vii), CBN (viii), Custos de captação e estruturação, Total.

Passivo circulante: 38.567, 16.917. Passivo não circulante: 618.834, 657.368.

(i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, o contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 06 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses; (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; (vi) Firmado pela CBN em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (vii) Firmado pela CBN em 15 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.000, com prazo de financiamento de 240 meses, após carência de 30 meses; e (viii) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

a) Custo de captação: Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. b) Garantias (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto a Desenbaha e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa; c) Cláusula restritiva ("covenants"): Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2022.

Movimentação: Saldo em 31 de dezembro de 2021: 674.285. (+) Juros incorridos: 42.750. (-) Juros pagos: (43.368). (-) Amortizações: (15.799). (+/-) Custos da transação: (467). Saldo em 31 de dezembro de 2022: 657.401. Em 31 de dezembro de 2022, os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Table with columns: Prazos de vencimento, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027 em diante, Total. Values: 42.234, 49.880, 51.627, 52.245, 422.848, 618.834.

14. Debêntures

Table with columns: Contra-tante, Vencimento, Mo-eda, Encargos financeiros, 2022, 2021. Rows: Debêntures IPCA (i), Debêntures CDI (ii), Debêntures IPCA (iii), Debêntures IPCA - 12431 (iv), Custos de captação e estruturação, Total.

(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciária da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva); (ii) Em 24 de novembro de 2022, a CRC liquidou o saldo remanescente das debêntures emitidas em 02 de julho de 2021, em montante inicial de R\$40.000. (iii) Em 25 de outubro de 2022, a Companhia emitiu 60.000 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1), perfazendo o valor total da emissão de R\$ 60.000. As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,87%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pela Companhia para: (i) o reembolso de gastos e despesas, e pré-pagamento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfiica, a ser convalidada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfiica, a ser convalidada na Espécie com Garantia

Monte Rodovias S.A.

Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, com Estorcos Restritos de Distribuição, da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A., celebrado em 2 de julho de 2021 entre a Emissora e o Agente Fidejussório, na qualidade de representante dos debenturistas de referida emissão ("Primeira Emissão de Debêntures"); (ii) a realização de investimentos futuros em obras civis, bem como de aquisição e melhorias e equipamentos necessários para o cumprimento do "Programa de Exploração Rodoviária - PER". (iv) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora: (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente; (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão; e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são: (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A.; cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia; e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio. Cláusula restritiva ("covenants"): Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2022. (i) Na CRA o índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022. (ii) Na CRC o índice financeiro previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que deverá ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2023.

Movimentação: Saldo em 31 de dezembro de 2021: 92.439. (+) Captação: 60.000. (+) Juros incorridos: 36.779. (-) Juros pagos: (28.991). (-) Amortizações: (51.204). (+/-) Custos da transação: (1.466). Saldo em 31 de dezembro de 2022: 79.816.

15. Direito de uso e arrendamentos - A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que estão dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controlada, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA. Os principais contratos de arrendamento referem-se a quinquês, varredeira, pipa, ambulância e veículos operacionais e administrativos. Direito de uso (ativo)

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Saldo em 31 de dezembro de 2021: 5.445. (+) Adições: 9.910. (-) Amortizações: (3.868). (-) Baixas: (4.710). (+/-) Transferências: 742. Saldo em 31 de dezembro de 2022: 7.519.

Arrendamento (passivo): Saldo em 31 de dezembro de 2021: 3.240. Saldo em 31 de dezembro de 2022: 4.253.

Movimentação: Saldo em 31 de dezembro de 2021: 1.717. (+) Adições: 9.910. (-) Apropriação de juros: 872. (-) Baixas: (10.446). Saldo em 31 de dezembro de 2022: 7.493.

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 5,79% a.a. para o período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Passivo de arrendamento Fluxo real, Despesa financeira, Fluxo inflacionado, Passivo de arrendamento, Despesa financeira.

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) - Arrendamento. 16. Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Cíveis, Trabalhistas, Tributárias, Outras, Total.

Saldo em 31 de dezembro de 2021: 4.060. Saldo em 31 de dezembro de 2022: 7.258.

25. Lucro (prejuízo) por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

26. Partes relacionadas - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 20.712 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, não conversíveis em ações, da espécie quirográfiica, em série única para colocação privada, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 5.608 (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2021), referente à remuneração dos administradores.

27. Contratos - a) Contrato de concessão - CBN: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521,

b) Contrato firmado em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022 foram parcialmente liquidadas no montante de R\$ 9 milhões. (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes. 19. Impostos de renda e contribuição social diferidos - Em 31 de dezembro de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa, Ativo diferido, líquido.

Prejuízo fiscal e base negativa Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa: (38.502), (38.502). Ativo diferido, líquido: 7.815, 272.

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa, Ativo diferido, líquido.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados nos resultados apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%, Subvenções do lucro da exploração, Adições/exclusões permanentes, Adições/exclusões temporárias, IR e CSLL corrente constituídos, IR e CSLL diferido constituídos no exercício, Total de IR e CSLL no resultado, 20. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264,376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas legais e de lucros: i) A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 79.636. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas.

21. Receitas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Receitas de pedágio, Demanda de risco, Receitas acessórias, Impostos e contribuição sobre serviços, Outras deduções, Receita líquida de serviços, Receita de construção, Receita líquida.

22. Custos

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Custos de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Provisão de conserva especial, Depreciação e amortização, Custos dos serviços prestados, Custos de construção, Total, (189.647), (89.399).

23. Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Despesas de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Depreciação e amortização, Total, (65.203), (39.820).

Os valores relativos às despesas gerais e administrativas para o exercício de 2021, representam o montante em oito meses, visto que o controle acionário das Concessionárias CBN, CRA e CRC pelo grupo Monte Rodovias, ocorreu em Abril de 2021, por tal motivo, percebe-se no quadro acima, variação relevante.

24. Resultado financeiro, líquido

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

25. Lucro (prejuízo) por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e CSLL

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2022, 2021. Rows: Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e CSLL, Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%, Subvenções do lucro da exploração, Adições/exclusões permanentes, Adições/exclusões temporárias, IR e CSLL corrente constituídos, IR e CSLL diferido constituídos no exercício, Total de IR e CSLL no resultado, 20. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264,376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas legais e de lucros: i) A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 79.636. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas.

21. Receitas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Receitas de pedágio, Demanda de risco, Receitas acessórias, Impostos e contribuição sobre serviços, Outras deduções, Receita líquida de serviços, Receita de construção, Receita líquida.

22. Custos

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Custos de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Provisão de conserva especial, Depreciação e amortização, Custos dos serviços prestados, Custos de construção, Total, (189.647), (89.399).

23. Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Despesas de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Depreciação e amortização, Total, (65.203), (39.820).

Os valores relativos às despesas gerais e administrativas para o exercício de 2021, representam o montante em oito meses, visto que o controle acionário das Concessionárias CBN, CRA e CRC pelo grupo Monte Rodovias, ocorreu em Abril de 2021, por tal motivo, percebe-se no quadro acima, variação relevante.

24. Resultado financeiro, líquido

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

25. Lucro (prejuízo) por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

26. Partes relacionadas - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 20.712 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a emissão de debêntures simples em 05 de outubro de 2022, não conversíveis em ações, da espécie quirográfiica, em série única para colocação privada, tendo como única debenturista a sua controlada Verona Holding e Participações Societárias S.A. Os recursos obtidos por meio da emissão das debêntures serão destinados aos pagamentos das obrigações da emissora, presente e futuras. Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 5.608 (R\$ 4.859 em 31 de dezembro de 2021), referente à remuneração dos administradores.

27. Contratos - a) Contrato de concessão - CBN: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521,

b) Contrato firmado em 28 de dezembro de 2021. Em 26 de outubro de 2022 foram parcialmente liquidadas no montante de R\$ 9 milhões. (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes. 19. Impostos de renda e contribuição social diferidos - Em 31 de dezembro de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa, Ativo diferido, líquido.

Prejuízo fiscal e base negativa Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa: (38.502), (38.502). Ativo diferido, líquido: 7.815, 272.

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Diferença temporária IR/CSLL diferido sobre ganho por compra vantajosa, Ativo diferido, líquido.

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados nos resultados apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%, Subvenções do lucro da exploração, Adições/exclusões permanentes, Adições/exclusões temporárias, IR e CSLL corrente constituídos, IR e CSLL diferido constituídos no exercício, Total de IR e CSLL no resultado, 20. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264,376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas legais e de lucros: i) A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. (ii) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reservas de lucros, que contempla a reserva de recompra de ações e de investimento, era R\$ 79.636. A reserva de recompra de ações e de investimento tem por finalidade a recompra, resgate, reembolso ou amortização de ações de emissão da própria Companhia ou de suas controladas, ou o financiamento da expansão das atividades da Companhia e/ou suas controladas e coligadas.

21. Receitas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Receitas de pedágio, Demanda de risco, Receitas acessórias, Impostos e contribuição sobre serviços, Outras deduções, Receita líquida de serviços, Receita de construção, Receita líquida.

22. Custos

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Custos de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Provisão de conserva especial, Depreciação e amortização, Custos dos serviços prestados, Custos de construção, Total, (189.647), (89.399).

23. Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Despesas de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Depreciação e amortização, Total, (65.203), (39.820).

Os valores relativos às despesas gerais e administrativas para o exercício de 2021, representam o montante em oito meses, visto que o controle acionário das Concessionárias CBN, CRA e CRC pelo grupo Monte Rodovias, ocorreu em Abril de 2021, por tal motivo, percebe-se no quadro acima, variação relevante.

24. Resultado financeiro, líquido

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

25. Lucro (prejuízo) por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Table with columns: Consolidado, 2022, 2021. Rows: Descontos obtidos, Rendimentos de aplicação financeira, Atualização monetária ativa, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de empréstimos e financiamentos, Juros de debentures, Juros de contratos de arrendamento, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro, líquido.

BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. Em 25 de setembro de 2021, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reajustamento tarifário. Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil. A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: • Implantação de terceira faixa; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e • Instalação de cabines de pedágio. b) Contrato de concessão - CRC: Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 05 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. c) Contrato de concessão - CRA: O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia. Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio: 2, 3 e 4. Em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações na praça 5. Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de equilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 - data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 04 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 - data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019. Em 13 de outubro de 2020, foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reajuste econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 - 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA. O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente. Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anulação formalizado pelo Termo de Anulação à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os

... continuação

Monte Rodovias S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Valores correspondentes a períodos comparativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2, a Companhia adquiriu suas controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressaltada com relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nos 2.20 e 20): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** As receitas de pedágios das controladas da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia de informação das controladas da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pelas controladas da Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nos 2.14 e 11): Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado na Notas Explicativas nos 2.14 e 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão decorrentes dos contratos de concessão de duas controladas (cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.359.133 mil). Em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1), esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem à Companhia e suas controladas o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período. O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 21 e nº 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e (iii) avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nos 2.16, 12 e 13): Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2022, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 38.567 mil e R\$ 618.834 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 295.566 mil, reconhecido no passivo não circulante. Devido ao alto índice de alavancagem financeira e à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas ("covenants") por parte da Companhia e de suas controladas que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recalculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (Iasb), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de março de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/0-1
Edinilson Attizani – Contador CRC 1SP-293.919/0-7

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

TB Loguer S/A CNPJ 41.519.491/0001-69 Relatório da Administração								
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022. <i>A Diretoria</i>								
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais			Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021			
Ativo Circulante	17.629.995	8.608.282	Passivo Circulante	11.897.128	1.340.359	Receita Bruta	11.320.100	2.771.175
Disponível	16.508	10.862	Fornecedores	57.288	8.000	Receita de Locação	11.320.100	2.771.175
Caixa e Bancos	16.508	10.862	Impostos a Recolher	1.729	101.148	Deduções da Receita Bruta	(1.047.109)	(101.148)
Créditos	17.613.487	8.597.420	Imposto de Renda	14.417	241.143	Impostos	(1.047.109)	(101.148)
Clientes	9.455.296	2.898.875	Contribuição Social	7.350	88.972	Receita Líquida	10.272.991	2.670.027
Outros Créditos	7.415.220	5.698.545	Empréstimos e Financiamentos	11.816.344	901.097	Custos	(16.432.013)	(1.577.488)
Impostos a Recuperar	742.971	-	Passivo Não Circulante	47.823.932	70.908.241	Custos Operacionais	(16.432.013)	(1.577.488)
Ativo Não Circulante	45.292.643	65.340.657	Empréstimos e Financiamentos	10.437.460	34.861.582	Resultado Bruto	(6.159.023)	1.092.540
Ativo Imobilizado	44.292.643	64.340.657	Coligadas e Controladas	-	2.333.487	Despesas e Receitas	(2.821.121)	(173.883)
Imobilizado Líquido	44.292.643	64.340.657	Contas a Pagar	37.386.472	33.713.171	Despesas Administrativas	(544.340)	(70.855)
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000	Patrimônio Líquido	3.201.578	1.700.339	Despesas Financeiras	(2.277.644)	(103.031)
Intangível	1.000.000	1.000.000	Capital Social	1.010.000	1.010.000	Receitas Financeiras	863	4
			Reservas	2.191.578	690.339	Outras Receitas e Despesas Operacionais	11.235.977	101.797
Total do Ativo	62.922.638	73.948.939	Total do Passivo	62.922.638	73.948.939	Outras Receitas	11.235.977	101.797
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais								
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total			
Saldo em 31/12/2021	1.010.000	655.822	34.517	-	1.700.339	Resultado antes do IRPJ e CSLL	2.255.834	1.020.454
Resultado do Exercício	-	-	-	1.501.238	1.501.238	Imposto de Renda e Contribuição Social	(754.595)	(330.115)
Constituição de Reserva	-	1.426.177	75.062	(1.501.238)	-	Imposto de Renda	(551.523)	(241.143)
Saldo em 31/12/2022	1.010.000	2.081.999	109.579	-	3.201.578	Contribuição Social	(203.072)	(88.972)
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais								
1) Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.					
2) Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			3) O Capital Social é de R\$ 1.010.000,00 representadas por 1.010.000 ações totalmente integralizadas.					
Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33			Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1					
Parecer dos Auditores Independentes								
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Loguer S/A. 1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade,			bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Loguer S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Bernardo do Campo, 31 de dezembro de 2022. Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645 AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023					

TB Urbem S/A CNPJ nº 41.757.463/0001-80 Relatório da Administração								
Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa. São Paulo, 31 de dezembro de 2022. <i>A Diretoria</i>								
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais			Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021			
Ativo Circulante	42.537.663	34.519.013	Passivo Circulante	42.367	1.123.950	Receita Bruta	12.263.100	458.512
Disponível	10.000	10.000	Impostos a Recolher	12.302	16.736	Receita de Locação	12.263.100	458.512
Caixa	10.000	10.000	Imposto de Renda	20.519	812.540	Deduções da Receita Bruta	(1.134.337)	(16.736)
Créditos	42.527.663	34.509.013	Contribuição Social	9.547	294.674	Impostos	(1.134.337)	(16.736)
Clientes	11.558.248	4.672.012	Passivo Não Circulante	23.042.202	41.738.869	Receita Líquida	11.128.763	441.776
Outros Créditos	29.837.002	29.837.002	Coligadas e Controladas	-	229	Custos	(20.825.907)	(2.182.964)
Impostos a Recuperar	1.132.412	-	Contas a Pagar	23.042.202	41.738.640	Custos Operacionais	(20.825.907)	(2.182.964)
Ativo Não Circulante	31.200.278	56.621.774	Patrimônio Líquido	50.653.371	48.277.968	Resultado Bruto	(9.697.143)	(1.741.188)
Ativo Imobilizado	30.200.278	55.621.774	Capital Social	48.010.000	48.010.000	Despesas	(195.813)	(11.066)
Imobilizado Líquido	30.200.278	55.621.774	Reservas	2.643.371	267.968	Despesas Administrativas	(182.772)	(11.066)
Ativo Intangível	1.000.000	1.000.000				Despesas Financeiras	(13.041)	-
Intangível	1.000.000	1.000.000				Outras Receitas e Despesas Operacionais	13.463.251	3.127.436
Total do Ativo	73.737.941	91.140.787	Total do Passivo	73.737.941	91.140.787	Outras Receitas	13.463.251	3.127.436
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais								
	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucros Acumulados	Total			
Saldo em 31/12/2021	48.010.000	254.569	13.398	-	48.277.968	Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.570.294	1.375.182
Resultado do Exercício	-	-	-	2.375.403	2.375.403	Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.194.891)	(1.107.214)
Constituição de Reserva	-	2.256.633	118.770	(2.375.403)	-	Imposto de Renda	(873.564)	(812.540)
Saldo em 31/12/2022	48.010.000	2.511.203	132.169	-	50.653.371	Contribuição Social	(321.326)	(294.674)
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais								
1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.					
2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.			3. O Capital Social é de R\$ 48.010.000,00 representadas por 48.010.000 ações totalmente integralizadas. São Paulo, 31 de Dezembro de 2022. Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645 AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023					
Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33			Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP120.908/O-1					
Parecer dos Auditores Independentes								
Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Urbem S/A. 1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências a dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas			pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Urbem S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 31 de Dezembro de 2022. Paulo Pereira de Sousa Responsável Técnico – CRC/MT 007006/O-9 – CNAI 4645 AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023					
Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais			Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo de Operações dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Resultado do Exercício	2.375.403	267.968	Resultado do Exercício	2.375.403	267.968	Resultado do Exercício	2.375.403	267.968
Clientes	(6.886.237)	(4.672.012)	Clientes	(6.886.237)	(4.672.012)	Clientes	(6.886.237)	(4.672.012)
Outros Créditos	-	(29.837.002)	Outros Créditos	-	(29.837.002)	Outros Créditos	-	(29.837.002)
Impostos a Recuperar	(1.132.412)	-	Impostos a Recuperar	(1.132.412)	-	Impostos a Recuperar	(1.132.412)	-
Impostos a Recolher	(4.434)	16.736	Impostos a Recolher	(4.434)	16.736	Impostos a Recolher	(4.434)	16.736
Imposto de Renda	(792.022)	812.540	Imposto de Renda	(792.022)	812.540	Imposto de Renda	(792.022)	812.540
Contribuição Social	(285.128)	294.674	Contribuição Social	(285.128)	294.674	Contribuição Social	(285.128)	294.674
(-) Caixa Líquido Operacional	(6.724.829)	(33.117.096)	(-) Caixa Líquido Operacional	(6.724.829)	(33.117.096)	(-) Caixa Líquido Operacional	(6.724.829)	(33.117.096)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos					
Aquisição do Ativo Imobilizado	25.421.496	(55.621.774)	Aquisição do Ativo Imobilizado	25.421.496	(55.621.774)	Aquisição do Ativo Imobilizado	25.421.496	(55.621.774)
Aquisição do Intangível	-	(1.000.000)	Aquisição do Intangível	-	(1.000.000)	Aquisição do Intangível	-	(1.000.000)
(-) Caixa Líquido de Investimento	25.421.496	(56.621.774)	(-) Caixa Líquido de Investimento	25.421.496	(56.621.774)	(-) Caixa Líquido de Investimento	25.421.496	(56.621.774)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos					
Coligadas e Controladas	(229)	229	Coligadas e Controladas	(229)	229	Coligadas e Controladas	(229)	229
Contas a Pagar	(18.696.438)	41.738.640	Contas a Pagar	(18.696.438)	41.738.640	Contas a Pagar	(18.696.438)	41.738.640
Integralização do Capital Social	-	48.010.000	Integralização do Capital Social	-	48.010.000	Integralização do Capital Social	-	48.010.000
(-) Caixa Líquido de Financiamento	(18.696.667)	89.748.869	(-) Caixa Líquido de Financiamento	(18.696.667)	89.748.869	(-) Caixa Líquido de Financiamento	(18.696.667)	89.748.869
Aumento Líquido de Caixa			Aumento Líquido de Caixa					
Disponibilidades	10.000	-	Disponibilidades	10.000	-	Disponibilidades	10.000	-
Caixa Equivalentes ao Final do Período	10.000	-	Caixa Equivalentes ao Final do Período	10.000	-	Caixa Equivalentes ao Final do Período	10.000	-
Disponibilidades	10.000	10.000	Disponibilidades	10.000	10.000	Disponibilidades	10.000	10.000

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

TB Facilities S/A											
CNPJ nº 36.275.365/0001-76											
Relatório da Administração											
<p>Senhores Acionistas: Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, temos o prazer de submeter ao exame e apreciação de V. Sas, as demonstrações financeiras relativas às atividades da empresa do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2022 compreendendo o Balanço Patrimonial e as correspondentes Demonstrações de Resultado do Exercício, da Movimentação nas Contas do Patrimônio Líquido e da Demonstração de Fluxo de Caixa.</p> <p style="text-align: right;">São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022. <i>A Diretoria.</i></p>											
Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro – Em Reais					Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais						
Ativo		2022		2021		Passivo		2022		2021	
Ativo Circulante		6.970.022		7.006.845		Passivo Circulante		8.131		4.172	
Disponível		10.000		10.000		Impostos a Recolher		183		1.344	
Caixa		10.000		10.000		Imposto de Renda		4.968		1.768	
Créditos		6.960.022		6.996.845		Contribuição Social		2.981		1.061	
Clientes		-		36.823		Passivo Não Circulante		95.324		626.397	
Outros Créditos		6.960.022		6.960.022		Coligadas e Controladas		95.324		2.046	
Ativo Não Circulante		1.418.417		1.644.715		Contas a Pagar		-		624.351	
Ativo Imobilizado		418.417		644.715		Patrimônio Líquido		8.284.983		8.020.990	
Imobilizado Líquido		418.417		644.715		Capital Social		8.010.000		8.010.000	
Ativo Intangível		1.000.000		1.000.000		Reservas		274.983		10.990	
Intangível		1.000.000		1.000.000		Total do Passivo		8.388.439		8.651.560	
Total do ativo		8.388.439		8.651.560		Total do ativo		8.388.439		8.651.560	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro – Em Reais											
Saldo em 31/12/2021		Capital Social		Reserva de Lucros		Reserva Legal		Lucros Acumulados		Total	
Resultado do Exercício		8.010.000		10.441		550		263.993		8.020.990	
Constituição de Reserva		-		-		-		263.993		263.993	
Saldo em 31/12/2022		8.010.000		250.793		13.200		-		-	
				261.234		13.749		-		8.284.983	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro – Em Reais											
<p>1. Apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da lei das sociedades por ações 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis.</p> <p>2. Sumário das principais práticas contábeis – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1) Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2) Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas.</p> <p>3. O Capital Social é de R\$ 8.010.000,00 representadas por 8.010.000 ações totalmente integralizadas.</p>					<p>pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Com base em meus exames, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da TB Facilities S/A em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e a demonstração de fluxo de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>São Caetano do Sul, 31 de Dezembro de 2022</p> <p>Paulo Pereira de Sousa – Responsável Técnico CRC/MT 007006/O-9 CNAI 4645 – AUDPLAN – Auditoria e Planejamento Tributário S/S. Registro CRC/MT nº 001052/O-1 – Registro OCB/MT nº 1023.</p>						
<p>Lidia Leila da Silva – Diretora – CPF 032.719.178-33</p>					<p>Ronaldo Montanini – Contador – CRC nº 1SP 120.908/O-1</p>						
Parecer dos Auditores Independentes											
<p>Aos Srs. Acionistas e Diretores da TB Facilities S/A.</p> <p>1) Examinei o Balanço Patrimonial da empresa, levantado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e as respectivas Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Demonstrações do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração, minha responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis. 2) Meus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos salários, o volume de transações e o sistema Contábil de controles internos da entidade. b) a constatação com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas. c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas</p>											

Companhia AIX de Participações											
CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54											
Relatório da Diretoria											
<p>Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimentos julgados necessários.</p> <p style="text-align: right;">São Paulo, 23 de março de 2023. <i>A Diretoria</i></p>											
Balanços patrimoniais em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)					Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)						
Ativo		31/12/2022		31/12/2021		Passivo e patrimônio líquido		31/12/2022		31/12/2021	
Ativo circulante		33.926		30.430		Passivo circulante		9.655		6.531	
Caixa e equivalentes de caixa		435		406		Fornecedores		893		628	
Contas a receber		8.673		7.402		Obrigações trabalhistas		333		235	
Partes relacionadas		436		465		Impostos e contribuições a recolher		42		503	
Impostos a recuperar		142		196		Dividendos a pagar		10.923		7.897	
Seguros a vencer		36		4		Total do passivo circulante		-		-	
Outros ativos		43.648		38.903		Passivo não circulante		2.441		2.314	
Total do ativo circulante		43.648		38.903		Bônus a pagar		15.504		13.547	
Ativo não circulante		-		406		Provisão para contingências		3.675		4.567	
Partes relacionadas		5.538		5.034		Provisão para honorários advocatícios		21.620		20.428	
Depósitos judiciais		-		-		Total passivo não circulante		18.967		15.824	
Seguros a vencer		2.528		2.377		Patrimônio líquido		95		183	
Imobilizado		18		24		Capital social		127		2.544	
Intangível		8.084		7.973		Reserva legal		19.189		18.551	
Total do ativo não circulante		51.732		46.876		Reserva de lucros		51.732		46.876	
Total do ativo		51.732		46.876		Total do patrimônio líquido		-		-	
						Total do passivo e patrimônio líquido		-		-	
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)						
Receita líquida		65.682		55.872		Saldos em 31/12/2020		15.824		97	
Custo dos serviços prestados		(58.864)		(46.166)		Lucro líquido do exercício		-		-1.726	
Lucro bruto		6.818		9.706		Constituição de reserva legal		86		(86)	
Receitas (despesas) operacionais		(5.111)		(4.508)		Constituição de reserva de lucros		-1.187		(1.187)	
Com pessoal		(2.430)		(2.427)		Constituição de dividendos		-		-(453)	
Gerais e administrativas		(183)		(95)		Saldos em 31/12/2021		15.824		183	
Tributárias		(1.729)		(636)		Lucro líquido do exercício		-		-178	
Outras receitas (despesas), líquidas		(2.635)		2.040		Lucro líquido do exercício		-		-9	
Resultado financeiro		3.196		146		Constituição de reserva legal		9		(9)	
Resultado financeiro líquido		561		2.186		Constituição de reserva de lucros		-		-127	
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		(383)		(460)		Constituição de dividendos		-		-(42)	
IRPJ e CSLL		178		1.726		Aumento de capital social		3.143		(97)	
Lucro líquido do exercício		-		-		Saldos em 31/12/2022		18.967		95	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		-		-		Total do patrimônio líquido		-		-	
Resultado abrangente do exercício		178		1.726		Total do passivo e patrimônio líquido		-		-	
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras											
<p>1. Informações Gerais: A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças. 2. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.</p> <p>3. Capital social: O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").</p>					<p>Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.</p> <p>3. Capital social: O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").</p>						
Leonardo Lachman – Diretor Superintendente			Fernando Guerra Leal – Diretor Financeiro			Dayana Cristina Dillalo Quessada – Contadora 1SP 290.043/O-0					

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS



Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023

A **Hidroviás do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de abril de 2023, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; 2. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 3. Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 4. Aprovação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Deliberar sobre a ratificação da eleição de 3 (três) membros efetivos do Conselho de Administração. 2. Deliberar sobre a caracterização da independência do candidato para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da Companhia. 3. Deliberar sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. 4. Deliberar sobre a alteração e reforma do Estatuto Social da Companhia para alteração dos artigos 3º e 32º; e 5. Deliberar pela consolidação do Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima mencionadas. **Informações Gerais:** 1. Documentos à disposição dos Acionistas: A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, o boletim de voto a distância ("Boletim"), os demais documentos previstos na Resolução CVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral, foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). 2. Participação e votação na Assembleia: A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. 3. Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., até o dia 25 de abril de 2023), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhadas dos documentos indicados no Manual para Participação da Assembleia Geral. A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. 4. Documentos de representação dos Acionistas: Companhia dispensará a necessidade de notariação, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 5. Votação por meio de boletim de voto a distância: orientações detalhadas acerca da participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive a documentação exigida para a votação a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). 6. Informações para participação e votação na Assembleia: informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos a serem divulgados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo, 28 de março de 2023. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Allied Tecnologia S.A. ("Allied" ou "Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81/22"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 14h30, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e § 3º, e artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e 1.3. A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a ser encerrar em 31 de dezembro de 2023; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia com propósito de (i) alterar (a) o Artigo 2º, (b) o parágrafo único do Artigo 10, (c) o parágrafo único do Artigo 18, (d) o caput e Parágrafo Terceiro do Artigo 22, (d) o Parágrafo Quinto do Artigo 23, (e) o caput e alíneas 'a', 'f', 'n', 'p', 'q', 'r', 'w' e 'x' do Artigo 26, (f) a alínea 'b' do Artigo 32, (g) o Parágrafo Segundo do Artigo 39, (h) o Parágrafo Segundo do Artigo 46, (i) a integralidade do Artigo 47 e (j) o Artigo 49; e (ii) excluir o Parágrafo Primeiro do Artigo 46. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas no escritório administrativo da Companhia, localizado na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 23º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da RCVM nº 81/22. **Participação dos acionistas na AGOE:** Conforme permitido pela Lei das S.A. e pela RCVM 81/22, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e do Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (<https://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital V-Casting ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§ 2º e 3º da RCVM 81/22, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia 26 de abril de 2023 – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia e no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (<http://ri.alliedbrasil.com.br>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

Brassinter S/A Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 56.994.460/0001-37
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE

Ficam convidados os senhores acionistas da **Brassinter S/A Indústria e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), no dia 18/04/2023 às 10h00, na sede social da companhia, Avenida Das Nações Unidas, 21.344, SP/SP, para discutir e deliberar a seguinte ordem do dia: **A) Assembleia Geral Extraordinária:** 1º) Alteração no Estatuto Social da Companhia; **B) Assembleia Geral Ordinária:** 1º) Relatório da administração, balanço e contas do exercício findo em 31/12/2022; 2º) Eleição da Diretoria; 3º) Fixação de honorários da Diretoria; 4º) Demais assuntos de interesse da Companhia. Achem-se à disposição dos acionistas na sede da companhia as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31.12.2022. São Paulo, 28 de março de 2023. **Ary Frederico Torres Neto** – Diretor Superintendente. (28, 29 e 30/03/2023)

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 – NIRE 35.300.586.239
Aviso aos Acionistas

FCBPC Holding S.A. ("Companhia"), em atendimento ao disposto no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), comunica aos senhores acionistas que se encontram disponíveis na sede social, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conjunto 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, e os documentos a que se refere o referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser convocada e realizada oportunamente. Comunicamos ainda que, em consonância com o artigo 133, parágrafo 3º c/c artigo 289 da Lei das S.A., os documentos acima referidos serão oportunamente publicados no jornal "Data Mercantil". São Paulo, 27 de março de 2022. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/03/2023)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373
Aviso aos Acionistas

A TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antonio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022. São Paulo, 28/03/2023. **Leonardo Rosendo Fiuzza** – Diretor. (28, 29 e 30/03/2023)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 29/03/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS